

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.601, DE 2020

Dispõe sobre a atuação do Conselho Tutelar durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2).

Autor: Deputado CÉLIO SILVEIRA

Relatora: Deputada FRANCIANE BAYER

I - RELATÓRIO

Busca a presente proposição dispor sobre a atuação do Conselho Tutelar durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2).

Pelo seu texto, o Conselho Tutelar, no prazo de 30 (trinta) dias, deveria elaborar e implementar um plano de enfrentamento aos casos de violência doméstica que envolvam criança ou adolescente ocorridos durante o período de emergência em saúde pública decorrente da COVID-19.

Em suas justificações, aduz que com o isolamento, cresceram os números de casos de violência familiar e os violadores abusadores acabam convivendo mais tempo com as crianças e adolescentes, mais livres para cometer violências e com isso dificultando a denúncia.

O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.



II - VOTO DA RELATORA

O projeto era originariamente meritório e imbuído das melhores intenções.

A pandemia do Covid-19 e a chegada do vírus causador da patologia em nosso país trouxe consigo inúmeros desafios, inclusive o enfrentamento do aumento da violência doméstica contra crianças e adolescentes que, apesar de não estarem inseridas em grupos de risco para a COVID-19, sofreram com efeitos secundários da pandemia, como o aumento de casos de violência doméstica.

Ademais, a pandemia levou a mudanças socioeconômicas sem precedentes na vida das crianças, adolescentes, cuidadores, famílias e comunidades. Com o isolamento, cresceram os números de casos de violência familiar e os violadores abusadores acabam convivendo mais tempo com as crianças e adolescentes, agravando o problema.

Felizmente, superamos a situação emergencial, **mas nada impede que ocorram outras situações semelhantes no futuro.**

Nesse contexto, para o enfrentamento de possíveis novas situações semelhantes e considerando o papel essencial desenvolvido pelo Conselho Tutelar na proteção das crianças e adolescentes e na garantia dos seus direitos, além do fato de que o órgão está presente nas mais diversas comunidades, **ganha relevância a recomendação para que o Conselho Tutelar elabore e implemente estratégias de enfrentamento aos casos de violência doméstica que envolvam criança ou adolescente ocorridos durante qualquer futuro período de emergência em saúde pública.**

Pelo exposto, apresentamos o voto pela aprovação deste Projeto de Lei nº 5.601, de 2020, na forma do Substitutivo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2023.



Deputada FRANCIANE BAYER
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.601, DE 2020

Dispõe sobre a atuação do Conselho Tutelar durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em período de emergência de saúde pública de importância nacional, os Conselhos Tutelares, no prazo de 30 (trinta) dias, devem elaborar e implementar plano de enfrentamento aos casos de violência doméstica que envolvam criança ou adolescente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada FRANCIANE BAYER
Relatora

